



# **DIREITOS HUMANOS NO BRASIL 2015**

Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos





# DIREITOS HUMANOS NO BRASIL 2015

## Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos

**Organização:** Daniela Stefano e Maria Luisa Mendonça  
**Foto da capa:** João Roberto Ripper  
**Projeto gráfico e diagramação:** Zap Design  
**Assessoria administrativa:** Marta Soares e Cláudia Felipe  
**Assessoria jurídica:** Aton Fon Filho e Roberto Rainha

### Colaboração e fontes de pesquisa

Ação Educativa  
Anistia Internacional no Brasil  
Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra)  
Cáritas – São Paulo  
Christian Aid  
Comissão Brasileira Justiça e Paz/CNBB  
Comissão de Anistia/Ministério da Justiça  
Comissão Pastoral da Terra (CPT)  
Conselho Indigenista Missionário (Cimi)  
Consulta Popular  
Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – Dieese  
Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo (GPTEC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)  
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)  
Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)  
Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)  
Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)  
Parto do Princípio – Mulheres em Rede pela Maternidade Ativa  
Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo  
Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo da Prefeitura de São Paulo  
Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte (SindiBel)  
Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)  
Universidade de São Paulo (USP)  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)  
Universidade Estadual de Goiás (UEG)  
Universidade Estadual do Maranhão  
Universidade Federal do ABC (UFABC)  
Universidade Federal de Goiás (UFG)  
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/ UFRRJ)  
Via Campesina

**Apoio:** Christian Aid, Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese), Fundação Heinrich Böll Brasil, Global Exchange

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS  
Rua Heitor Peixoto, 218, Aclimação, São Paulo, SP, Cep: 01543-000  
Tel (11) 3271-1237 / Fax (11) 3271-4878  
Email: rede@social.org.br  
www.social.org.br

EDITORA EXPRESSÃO POPULAR LTDA  
Rua Abolição, 201 – Bela Vista  
CEP 01319-010 – São Paulo – SP  
Tel: (11) 3522-7516 / 4063-4189 / 3105-9500  
editora.expressaopopular.com.br  
livraria@expressaopopular.com.br  
www.facebook.com/ed.expressaopopular  
www.expressaopopular.com.br





#### **Conselho deliberativo**

João Roberto Ripper  
Lúcia Maria Xavier de Castro  
Ricardo Gebrim  
Ricardo Rezende Figueira  
Sandra Fae

#### **Conselho consultivo**

Antonio Eleilson Leite  
Guilherme Delgado  
Jelson Oliveira  
João Xerri  
José Juliano de Carvalho Filho  
Kenarik Boujikian Felipe  
Letícia Sabatella  
Luiz Bassegio  
Mônica Dias Martins  
Sueli Bellato  
Suzana Angélica Paim Figueiredo  
Thomaz Ferreira Jensen

#### **Conselho fiscal**

Guilherme Amorim  
Rubens Naves  
Sérgio Haddad

#### **Organizações que participaram da elaboração do relatório Direitos Humanos no Brasil desde 2000**

Associação Brasileira de Pesquisadores em Ciberultura (ABCiber)  
Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra)  
Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco)  
Ação dos Cristãos para a Abolição da Tortura (Acat)  
Ação Educativa  
ActionAid Brasil  
Aliança Estratégica Latino-Americana e Caribenha de Afrodescendentes  
Anistia Internacional Brasil  
Assessoria do gabinete da vereadora Flávia Pereira (PT-SP)  
Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA)  
Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT)  
Associação Brasileira de ONGs (Abong)  
Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra)  
Associação Juizes para a Democracia (AJD)  
Associação Movimento Paulo Jackson Ética, Justiça, Cidadania  
Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas  
Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras  
Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo  
Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema)  
Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida  
Campanha “Por um Brasil Livre de Transgênicos”  
Cáritas Brasileira  
Cáritas São Paulo  
Central de Movimentos Populares de São Paulo  
Central Única dos Trabalhadores (CUT)  
Centro de Articulação da População Marginalizada (Ceap)  
Centro de Cultura Luís Freire  
Centro de Cultura Negra do Maranhão  
Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante/CDHIC





Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo, São Paulo  
Centro de Defesa dos Direitos da Criança do Adolescente Pe. Marcos Passerini  
Centro de Direitos Humanos Evandro Lins e Silva  
Centro de Estudos de Geografia do Trabalho – CEGeT, FCT/Unesp, Presidente Prudente (SP)  
Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec) da Universidade Cândido Mendes  
Centro de Estudos e Ação da Mulher (Ser Mulher)  
Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm)  
Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade Estadual de Campinas  
Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra  
Centro e Atendimento às Vítimas da Violência (CEA-ES)  
Centro pela Justiça e o Direito Internacional (Cejiil)  
Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos – Cohre Américas  
Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo  
Christian Aid  
Comissão Brasileira Justiça e Paz/CNBB  
Comissão de Anistia/Ministério da Justiça  
Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo  
Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados  
Comissão de Direitos Humanos da OAB  
Comissão de Direitos Humanos da Seccional Paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)  
Comissão de Direitos Humanos do Sindicato dos Advogados de São Paulo  
Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo  
Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos  
Comissão de Relações Étnicas e Raciais da Associação Brasileira de Antropologia  
Comissão Organizadora de Acompanhamento para os Julgamentos do Caso do Carandiru  
Comissão Pastoral da Terra (CPT)  
Comitê Paulista da Campanha Contra os Agrotóxicos e pela Vida  
Comitê Gestor da Internet no Brasil  
Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro  
Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem Brasil)  
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Condeca-SP)  
Conselho Estadual de Direitos Humanos do Espírito Santo  
Conselho Federal de Psicologia  
Conselho Indigenista Missionário (Cimi)  
Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic)  
Consulta Popular  
Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq)  
Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese)  
Criola, Organização de Mulheres Negras  
Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese)  
Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro)  
Escola Popular de Comunicação Crítica (Espocc)  
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJ)/Fiocruz  
Escritório Nacional Zumbi dos Palmares  
Falapreta! Organização de Mulheres Negras  
Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase)  
Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetagri) – Pará  
Fian Brasil  
Fian Internacional  
Fórum Nacional de Reforma Urbana  
Fórum Social pelos Direitos Humanos e Integração dos Migrantes no Brasil  
Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança  
Fundação Heinrich Böll  
Fundação Oswaldo Cruz  
Fundação Perseu Abramo  
Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop)  
Geledés – Instituto da Mulher Negra  
Grito dos Excluídos Continental





Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual (Gadvs)  
Grupo pela Vidda de São Paulo  
Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo (Gptec/Nepp-DH/UFRJ)  
Grupo de Trabalho Cidadania e Territorialização Étnica  
Grupo de Trabalho Hegemonias e Emancipações da Clacso  
Grupo de Trabalho Interministerial “Mulheres Encarceradas”  
Grupo Solidário São Domingos  
Grupo Tortura Nunca Mais  
Instituto Carioca de Criminologia  
Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas  
Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc)  
Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs)  
Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquentes (Ilanud)  
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)  
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ippur-UFRJ)  
Instituto de Saúde Coletiva (ISC)  
Instituto Polis  
Instituto Superior de Estudos da Religião (Iser)  
International Rivers Network (IRN)  
Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social  
Ipas Brasil  
Jornal Brasil de Fato  
Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa e Intervenção Social (Lipis – PUC-Rio)  
Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (Laeser), Instituto de Economia (UFRJ)  
Marcha Mundial das Mulheres  
Movimento das Mulheres Camponesas  
Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)  
Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara  
Movimento dos Pequenos Agricultores  
Movimento Humanos Direitos (MHuD)  
Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)  
Movimento Nacional de Direitos Humanos  
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)  
Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)  
Movimento Sem Teto do Centro (MSTC)  
Movimento Urbano de Agroecologia de São Paulo (Muda)  
Núcleo de Estudos da Mulher e das Relações Sociais de Gênero da Universidade de São Paulo (Nemge da USP)  
Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP)  
Observatório das Nacionalidades  
Observatório de Favelas do Rio de Janeiro  
Observatório de Remoções  
Observatório das Violências Policiais (OVP/PUC-SP)  
ODH – Projeto Legal  
Organização Civil de Ação Social (Ocas)  
O Trecheiro – Notícias do Povo da Rua  
Ouidoria da Polícia do Estado de São Paulo  
Parto do Princípio – Mulheres em Rede pela Maternidade Ativa  
Pastoral Carcerária Nacional  
Pastoral Operária Metropolitana – SP  
Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais (Plataforma DhESC Brasil)  
Práxis  
Processo de Articulação e Diálogo (PAD)  
Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão  
Programa Justiça Econômica – Dívida e Direitos Sociais





Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP)  
Projeto Brasil Sustentável e Democrático/Fase  
Rede 2 de Outubro  
Rede Brasil sobre IFMs  
Rede de Ação e Pesquisa sobre a Terra  
Rede Jubileu Sul  
Revista Caros Amigos  
Revista Democracia Viva – Ibase  
Revista Sem Fronteiras  
Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo da Prefeitura de São Paulo  
Secretaria Municipal de Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo  
Sempreviva Organização Feminista (SOF)  
Serviço Pastoral dos Migrantes  
Serviço Justiça e Paz (Serpaj) do Paraguai  
Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alcântara  
Sindicato dos Advogados de São Paulo  
Sindicato dos Engenheiros do Paraná  
Sindicato dos Professores do Ensino Público Estadual de São Paulo (Apeoesp)  
Sindicato dos Servidores Públicos de Belo Horizonte (SindiBel)  
Sociedade Maranhense de Direitos Humanos  
Themis – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero  
Unafisco Sindical – Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal  
União de Mulheres de São Paulo  
Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)  
Universidade de São Paulo (USP)  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj)  
Universidade Estadual do Ceará (Uece)  
Universidade Estadual de Goiás (UEG)  
Universidade Estadual do Maranhão  
Universidade Estadual Paulista (Unesp)  
Universidade Federal do ABC (UFABC)  
Universidade Federal de Alagoas (Ufal)  
Universidade Federal de Goiás (UFG)  
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/ UFRRJ)  
Usina – Assessoria Técnica de Movimentos Populares em Políticas Urbanas e Habitacionais  
Via Campesina Brasil

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

D598    Direitos humanos no Brasil 2015: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. / Daniela Stefano e Marisa Luisa Mendonça (organização).—1.ed.—São Paulo : Outras expressões, 2015.  
238 p. : il.

Indexado em GeoDados - <http://www.geodados.uem.br>.  
ISBN 978-85-64421-92-9

1. Direitos humanos - Brasil. I. Stefano, Daniela (org.).  
II. Mendonça, Marisa Luisa (org.).III. Título.

CDU 342.7

Catalogação na Publicação: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250





## Sumário

Prefácio.....	9
Introdução.....	13
Reversão do ciclo de crescimento com políticas econômicas antissociais clamam por rearticulação em defesa dos pobres.....	21
<i>Guilherme C. Delgado</i>	
Dilemas da economia brasileira: romper com a “cultura do silêncio” .....	27
<i>Thomaz Ferreira Jensen</i>	
A crise permanente do agronegócio .....	37
<i>Maria Luisa Mendonça</i>	
A crise financeira mundial e a especulação com terras agrícolas no Brasil: o caso da grilagem de terras pela Radar S/A no Sul do Maranhão e do Piauí .....	45
<i>Fábio Teixeira Pitta</i>	
Um rastro de violência contra os povos indígenas no Brasil.....	57
<i>Cleber César Buzatto</i>	
No caminho moroso da titulação dos territórios quilombolas, as violações de direitos avançam a passos largos.....	63
<i>Roberto Rainha</i>	
Trajétórias da escravização e dos escravizados: a migração aprisionada.....	73
<i>Suliane Sudano e Ricardo Rezende Figueira</i>	
O colonialismo está no DNA do Brasil.....	79
<i>Antônio Canuto</i>	
Desafios da agricultura camponesa no século XXI.....	87
<i>Marcelo Leal e Frei Sérgio Görgen</i>	
O que são as Comunidades Brejeiras? .....	97
<i>Erick Kluck</i>	
No horizonte, a exaustão. O contexto da mineração no Brasil: mudanças globais, mudanças locais.....	103
<i>Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves, Bruno Milanez e Marcelo Rodrigues Mendonça</i>	
O avanço da mercantilização da água, da energia, das mulheres e dos direitos. As barragens no Brasil: desenvolvimento para quê? E para quem? .....	113
<i>Tchenna Fernandes Maso</i>	
As mulheres no trabalho autônomo: perfil, distribuição setorial e rendimentos .....	119
<i>Clemente Ganz Lúcio e Milena Aparecida Pinheiro do Prado</i>	





Respostas simplistas e equivocadas para problemas complexos.....	131
<i>Alessandro Molon</i>	
Racismo, juventude e violência policial: a urgência de uma política de segurança pública baseada em direitos .....	139
<i>Renaia Neder e Alexandre Ciconello</i>	
Violência contra as mulheres: a fé como caminho possível para enfrentá-la.....	149
<i>Ana Claudia Mielke e Sarah de Roure</i>	
Hospitais de ensino em obstetrícia: campo de violação dos direitos das mulheres .....	159
<i>Denise Yoshie Niy e Deborah Rachel Audebert Delage Silva</i>	
A relação entre os homens e as drogas – uma história de proibicionismo e redução de danos.....	169
<i>Lilian de Mello Pedrosa, Maria Angelica de Castro Comis e Robson Silva Thomaz</i>	
Imigração e saúde mental: desafios clínico-políticos.....	179
<i>Ana Gebrim</i>	
Uma aposta nefasta: asfixiar o SUS e segmentar o direito à saúde no Brasil .....	185
<i>Thiago Henrique Silva e Bruno Abreu Gomes</i>	
A crise está aí, a moradia continua faltando. Aos trabalhadores, continua a luta! .....	191
<i>Vítor Guimarães</i>	
Consequências da privatização para o direito humano à educação no Brasil .....	197
<i>Gustavo Bottura Paiva, Iracema Nascimento, Maria Celia Giudicissi Rehder e Salomão Barros Ximenes</i>	
As juventudes e suas inserções na educação, no mundo do trabalho e no campo da cultura.....	207
<i>Ednéia Gonçalves, Flávia Landucci Landgraf, Maria Virginia de Freitas e Roberto Catelli Jr.</i>	
Educação em direitos humanos: trajetória revolucionária, mobilização e a necessidade de uma cultura dos direitos humanos que transforme também a política judiciária nacional.....	223
<i>Guilherme Amorim Campos da Silva</i>	
Pressupostos e exigências das resoluções do relatório da Comissão Nacional da Verdade, exercício de solidariedade e aperfeiçoamento das instituições democráticas .....	229
<i>Sueli Bellato</i>	





**A exportação dos bens minerais provoca destruição dos territórios. Com a extração de minério, modifica-se a paisagem, destroem-se cursos d'água, criam-se conflitos com comunidades camponesas. Este é o modelo que pode se consolidar se forem aprovadas as modificações institucionais previstas com relação ao Código Mineral e à extração mineral em terras indígenas.**

## **No horizonte, a exaustão. O contexto da mineração no Brasil: mudanças globais, mudanças locais**

*Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves<sup>1</sup>*

*Bruno Milanez<sup>2</sup> e*

*Marcelo Rodrigues Mendonça<sup>3</sup>*

O comércio global de minérios passou por um processo de grande intensificação ao longo da primeira década dos anos 2000. Entre 2001 e 2010, as importações globais saltaram de US\$ 31 bilhões para US\$ 230 bilhões. Essa demanda, entretanto, foi satisfeita por poucos países; em 2010, apenas cinco países foram responsáveis por 63% das exportações globais de minérios. O Brasil se destacou em segundo lugar, respondendo por 16% das exportações

<sup>1</sup> Professor na Universidade Estadual de Goiás (UEG). Membro dos Núcleos de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais (GETeM), e Trabalho, Território e Políticas Públicas (Trappu), ambos ligados à Universidade Federal de Goiás (UFG). Membro da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) – Seção Goiânia. ricardo.goncalves@ueg.br

<sup>2</sup> Professor na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Pesquisador e membro do Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS). bruno.milanez@urjf.edu.br

<sup>3</sup> Professor e Pesquisador no Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG). Coordenador dos Núcleos de Pesquisa Trabalho, Território e Políticas Públicas (Trappu), e Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais (GETeM). ufgmendonca@gmail.com



no mundo. Nesse mesmo período, a exportação brasileira de minérios passou de US\$ 3,1 bilhões para US\$ 30,8 bilhões, conforme dados do International Trade Center, de 2015.

Motivado por essa “febre dos minérios”, o governo iniciou uma série de mudanças institucionais, aproximando-se, em diferentes esferas, do modelo neoextrativista adotado por outros países da América Latina.

Gudynas define o neoextrativismo como um modelo de desenvolvimento focado no crescimento econômico e baseado na apropriação de recursos naturais, em redes produtivas pouco diversificadas e na inserção internacional subordinada. No modelo proposto, o Estado teria um papel ativo, buscando sua legitimação por meio da apropriação e redistribuição de parte da renda gerada pela exploração dos recursos naturais, apresentando afinidades com a emergência de governos autodefinidos como progressistas.

Em 2009, iniciou-se no Brasil a elaboração do Plano Nacional de Mineração 2030. Este plano foi construído, principalmente, a partir da contribuição de técnicos do governo e de representantes das empresas mineradoras e publicado dois anos mais tarde.

Simultaneamente, o Ministério de Minas e Energia e a Casa Civil iniciaram a reformulação do Código da Mineração. De forma sintética, o novo Código teria como principais objetivos intensificar a exploração mineral do país e aumentar a participação do Estado nos resultados econômicos gerados pela mineração.

A proposta do Executivo foi encaminhada ao Congresso na forma do Projeto de Lei n. 5.807, em junho de 2013. Este foi pensado a outros projetos que já tramitavam na Câmara e encaminhado para uma Comissão Especial. A Comissão apresentou um primeiro substitutivo em novembro de 2013 e um segundo substitutivo em abril de 2014.

Além da tentativa de reformular o Código da Mineração, o aumento pela demanda de minerais também reavivou o debate sobre mineração em Terras Indígenas (TIs). A Constituição prevê a necessidade de lei específica para regulamentação da mineração em TIs e projetos de lei sobre a questão vêm tramitando no Congresso desde a década de 1990. Como nenhuma posição sobre a questão foi ainda alcançada, a atividade atualmente não é permitida.

Em estudo anterior, foram identificados 13 projetos de lei sobre mineração em TIs tramitando no Congresso. De forma geral, a maior parte dos



projetos de lei reforçava os critérios já definidos na Constituição sobre a necessidade de se ouvir as populações indígenas a respeito da mineração em suas terras e o direito que essas populações têm sobre os resultados dessa exploração. Todavia, os projetos de lei, em sua grande maioria, deixam em aberto o que significaria a população “ser ouvida” e, dependendo da redação, alguns dão a entender que poderia ser apenas uma medida burocrática. Dentre os projetos avaliados, apenas uma proposta (PL n. 738/1991) afirma que seria necessário o assentimento da comunidade indígena para a implantação da mineração. Ao mesmo tempo, apesar de quase todos os projetos consultados concordarem com a necessidade da participação das comunidades indígenas nos resultados gerados, alguns definem que os recursos devem ser usados em projetos específicos, dependendo da autorização do órgão indigenista federal e da anuência do Ministério Público, reduzindo a autonomia das populações indígenas.

Em reação a essa movimentação do setor mineral – e por não se sentirem representados nos debates sobre mudanças institucionais – movimentos sociais e indigenistas, organizações não governamentais e sindicatos de trabalhadores do setor extrativo lançaram, em 2013, o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração. Essa ampla frente tinha como principal objetivo aprofundar o caráter democrático da formulação do novo Código da Mineração, influenciando na sua formulação e incluindo elementos considerados relevantes, principalmente do ponto de vista dos trabalhadores e das comunidades atingidas pelas atividades de extração mineral. Desde sua formação, o Comitê passou a atuar em diferentes frentes, seja na promoção de audiências públicas, seja no questionamento do papel de legisladores que tiveram suas campanhas eleitorais financiadas por empresas mineradoras.

Toda a discussão voltada para a expansão da mineração, porém, precisa ainda ser adaptada para o contexto pós-2010. A partir de 2011, teve início uma inversão na curva de demanda internacional por minérios. Entre 2011 e 2014, o valor da exportação de minérios do Brasil caiu de US\$ 44,2 bilhões para US\$ 28,4 bilhões, segundo dados de 2015 do International Trade Center. Isso foi devido, em especial, à redução dos preços no mercado internacional. Considerando o ferro, o cobre e o alumínio os três principais minérios exportados pelo Brasil, os preços por tonelada caíram, respectivamente, 41%, 20% e 20% nesses quatro anos, de acordo com o Banco Mundial.



Apesar desse novo contexto, muitas das ações no campo institucional continuaram inercialmente, considerando um contexto de demanda elevada. Os efeitos dessa mudança ainda precisam ser avaliados em mais detalhes. Um primeiro impacto já percebido foi a redução da arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), que passou de R\$ 2,4 bilhões para R\$ 1,7 bilhão, entre 2013 e 2014. Considerando que a administração das cidades mineradoras (a quem são destinados 65% da Cfem) apresenta limitada capacidade de planejamento, e significativa dependência desses recursos, muitas delas vêm apontando uma situação de problemas financeiros. Como consequência, em muitos casos, houve um declínio na qualidade dos serviços públicos prestados, muitos dos quais existentes para compensar os efeitos ambientais negativos da extração mineral.

Além disso, é de se esperar uma intensificação das atividades das grandes mineradoras, de forma a aumentar a escala de produção e reduzir seus custos fixos. Associada a isso, haverá uma busca frenética por redução de custos, com aumento dos riscos de acidentes de trabalho e de menor rigor nas ações preventivas de controle ambiental. Se esses prognósticos se verificarem, será possível, em breve, identificar o aprofundamento de muitos conflitos associados à extração mineral.

Por conseguinte, esta conjuntura coloca como centralidade as análises e preocupações com os efeitos socioambientais da mineração, especialmente aqueles com consequências deletérias na natureza e nos trabalhadores, aos *territórios da existência coletiva* de comunidades camponesas, quilombolas, indígenas, extrativistas e ribeirinhas. É um cenário de riscos e agressão frontal aos direitos destas populações, que passam a ser “erodidos” para atender os interesses do capital nacional e internacional.

Como exemplo empírico destas questões, as experiências de pesquisa de campo, entrevistas e observação direta em comunidades camponesas, em Goiás, revelam os desdobramentos socioespaciais da territorialização e expansão dos megaprojetos de mineração nos territórios habitados por camponeses e *trabalhadores da terra*.

Goiás ocupa a terceira posição – depois de Minas Gerais e Pará – como principal produtor mineral brasileiro. Conforme as cifras da Cfem, esses valores saltaram de R\$ 14.878.793,52 arrecadados em 2004, para R\$



70.998.177,97 em 2014. O Estado é o principal produtor de amianto (com participação de 100% do minério produzido no país) e níquel (com participação de 85,6% da produção nacional), o segundo maior produtor de rocha fosfática (com participação de 35,4%) e nióbio (com participação de 12,9%). Além disso, é o quarto maior produtor de ouro, com participação de 13,2% da produção nacional.

A exploração mineral em Goiás, feita por grandes empresas de grupos nacionais e transnacionais, como Anglo American, Vale S.A, Sama S.A, AngloGold Ashanti e Votorantim, revela a relação entre o domínio econômico do território e a ligação com a matéria-prima mineral. Assim, o conjunto de impactos nas comunidades tradicionais, no meio ambiente, na saúde dos trabalhadores, interferência na organização da propriedade fundiária ou expropriação dos camponeses de suas terras expõe o que Harvey (2005) denomina de “acumulação por espoliação”.

Minérios, recursos hídricos, fertilidade do solo e força física dos trabalhadores são exauridos do território goiano e drenados para o mercado mundial, configurando a posição subordinada do Brasil e de Goiás na Divisão Internacional do Trabalho. Exemplo disso é o nióbio extraído nos municípios de Catalão e Ouidor, com 100% da produção exportada para países como China, Estados Unidos, Holanda, Japão e Índia. Atrelados a isso, de acordo com dados do DNPM (2014), os valores da comercialização de nióbio se elevaram de R\$129.264.254,00 em 2004, para R\$ 334.918.567,01 em 2012, o que deixa evidente o aumento dos rendimentos privados gerados pela exploração deste minério nos municípios citados. Por outro lado, a classe trabalhadora e as comunidades camponesas são impactadas diretamente pela mineração.

Por meio das pesquisas realizadas nestas áreas, é possível elucidar que os processos de acumulação do capital e de geração de rendas privadas na mineração também estimulam práticas de coerção, violência (direta ou indireta) e representações ideológicas (ideias de modernidade, sustentabilidade, relação amistosa das empresas com as comunidades e trabalhadores etc.).

Com efeito, são ilustrativas as pesquisas sobre os impactos do Complexo Minerário-Químico de Catalão/Ouidor, localizado no Sudeste de Goiás, nas comunidades camponesas. A exploração mineral nos municípios de Catalão e Ouidor é baseada na extração e beneficiamento de fosfato e nióbio, com





atuação das empresas Anglo American Nióbio Ltda, Anglo American Fosfatos Ltda e por último, a empresa Vale Fertilizantes.

A partir de pesquisas de campo, realizaram-se investigações nas Comunidades de Coqueiros e Macaúba, ambas localizadas no município de Catalão. No caso da Comunidade Macaúba, os camponeses são impactados pela atividade mineral (pela localização das minas) que ocorre nos municípios de Catalão/Ouvidor. Essa comunidade presencia os impactos da mineração desde as décadas de 1960 e 1970, com expropriação do campesinato e transformação de camponeses em operários da indústria mineral. Além disso, os impactos ambientais como poluição sonora, do ar, das águas, degradação das paisagens locais e conflitos fundiários ameaçam as condições de existência e reprodução coletiva dos camponeses. “Viver aqui pra nós ficou difícil, a mineração está ampliando cada vez mais pra perto de nós. Vai comprando terra, querendo tirar o povo, acabando com as águas. Está tudo mudado”, enfatiza um entrevistado.

**Foto 1: Ao fundo, o depósito de estéril com os taludes em ascendência. Fica exposta a localização do depósito de estéril numa área acima das nascentes do córrego que passa ao fundo da propriedade.**





Foto 2 – Áreas de rejeitos e os impactos nas nascentes na Comunidade Macaúba, Catalão/GO.



Fonte: Pesquisa de campo realizada na Comunidade Macaúba, Catalão, 8 de Janeiro de 2015

As fotos 1 e 2 demonstram que a leitura geográfica da paisagem na Comunidade Macaúba, Catalão/GO é reveladora dos antagonismos produzidos pelas atividades econômicas locais – mineração e agricultura – grafadas por relações de produção e trabalho também contraditórias. O ritmo das mudanças percebidas na comunidade contrapõe ao tempo da vida e do trabalho dos sujeitos que ainda vivem *na terra e da terra*. Isso pode ser percebido na fala de um dos camponeses entrevistados: “os problemas aqui, há uns 12 anos, eram bem mais maneiras pra suportar do que o que é sentido hoje”. A sustentabilidade dos recursos no ambiente local, como a água, é o que garante a permanência desses sujeitos na terra. O rompimento delas significa a ruína das atividades que praticam e de que dependem para viver. Junto à riqueza mineral extraída do subsolo pelo Complexo Minerário Químico de Catalão/Ouvidor, restam vestígios de medo, expropriação, rapinagem, acidentes de trabalho e uma paisagem com *rastros de pó e esgotamento*.

Dessa forma, o cenário identificado em Catalão/GO não deve ser encarado como um problema pontual. A situação descrita, neste caso particular, pode ser generalizada para diversas outras regiões. Ela ilustra um processo que vem se alastrando e fomentando a destruição dos territórios para a exportação

dos bens minerais. Junto com a extração do minério, modifica-se a paisagem, destroem-se cursos d'água, criam-se conflitos com comunidades camponesas. Este é o modelo que pode se consolidar se forem aprovadas as modificações institucionais previstas com relação ao Código Mineral e à extração mineral em terras indígenas. No horizonte, a exaustão!

## Referências

- CNDTM. (2013). Lançamento do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração – Brasil. *Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração*. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=PPqaOwmWjIE>>. Acesso em: 28 jul. 2013.
- DNPM. (2015). Maiores Arrecadadores Cfem. GUDYNAS, E. (2012). Estado compensador y nuevos extractivismos. *Nueva Sociedad*, n. 237, p. 128-146. Disponível em: <[https://sistemas.dnpm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/cfem/maiores\\_arrecadadores.aspx](https://sistemas.dnpm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/cfem/maiores_arrecadadores.aspx)>. Acesso em: 12 abr. 2015.
- DNPM. (2014). *Sumário Mineral*. Brasília: Departamento Nacional de Produção Mineral, 2014.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2012.
- HOYLE, R. Titãs do minério de ferro tiram pequenos concorrentes do mercado. *The Wall Street Journal*, 23/7/2015. Disponível em: <<http://br.wsj.com/articles/SB12807349116330863843304581124783354874852?tesla=y>>. Acesso em: 15 ago 2015.
- INTERNATIONAL TRADE CENTER. Trade map: trade statistics for international business development, 2015. Disponível em: <<http://www.trademap.org>>. Acesso em: 12 abr 2015.
- MILANEZ, B. O novo marco legal da mineração: contexto, mitos e riscos, in: MALERBA, J. (ed.). *Novo marco legal da mineração no Brasil. Para quê? Para quem?* Rio de Janeiro: Fase, 2012.
- MME. Apresentação do novo marco regulatório da mineração, 2009. Disponível em: <[http://www.mme.gov.br/sgm/galerias/arquivos/noticias/SGM\\_Apres\\_Novo\\_Marco\\_Regulatorio\\_da\\_Mineracao.pdf](http://www.mme.gov.br/sgm/galerias/arquivos/noticias/SGM_Apres_Novo_Marco_Regulatorio_da_Mineracao.pdf)>. Acesso em: 7 mar. 2014.
- MME. Proposta de novo marco regulatório da mineração. Brasília: Ministério de Minas e Energia, 2010.
- MME. Plano Nacional de Mineração 2030. Brasília: Ministério de Minas e Energia, Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, 2011.
- PORTO, B. Royalty do minério cai 33% e cidades mineiras congelam novos investimentos. *Hoje em Dia*, 8/1/2015. Disponível em: <<http://www.hojeemdia.com.br/noticias/economia-e-negocios/royalty-do-minerio-cai-33-e-cidades-mineiras-congelam-novos-investimentos-1.292015>>. Acesso em: 15 ago 2015.
- SANTOS, R. S. P. *Tributação & fundos sociais minerais* Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas; Justiça nos Trilhos, 2012.
- WORLD BANK. World Bank commodity price data. Washington: World Bank, 2015.